

PERCEPÇÃO DO AMBIENTE E DOMESTICAÇÃO DO ESPAÇO NO SERTÃO NORDESTINO*

*Scott William Hoeflet***

APRESENTAÇÃO

Examina-se, aqui, como o Sertanejo da Zona Semi-Árida do Nordeste visualiza seu mundo e como esta visão é um reflexo do seu modo de apropriar o meio ambiente, tanto para fins econômicos-produtivos como para expressar relações sociais. Sua percepção do meio ambiente não é estática, o que faz com que se procure determinar até que ponto a visão do espaço social e natural se modifica diante do processo de transformação econômica e social do Sertão. Pergunta-se se a transformação das formas de produção campesina e a adoção de uma ideologia desenvolvimentista têm sido significativas ao ponto de desencadear a domesticação do ambiente natural do Sertão, surgindo uma "ótica urbano-industrial" do espaço, criando, assim, uma nova perspectiva na relação do Homem com a Natureza.

Nos últimos 50 anos, o Sertão sofreu um processo de penetração de mercado, no qual produtos manufaturados de outras regiões do

País substituíram o artesanato local. Isso levou à especialização em atividades agropecuárias, com maior articulação ao mercado, e estimulou uma visão mais comercial do meio ambiente. Contudo, a mercantilização do setor agrícola não foi acompanhada pela capitalização da agricultura de forma plena e generalizada pela zona semi-árida. Ao mesmo tempo, ocorreu uma significativa expansão demográfica, causando a fragmentação das propriedades rurais e o recuo do espaço natural, "o nato bruto", perante a expansão de diferentes tipos de espaços modificados pelo Homem. Paralelamente a essas mudanças, expandiram-se outros setores econômicos de comércio e de serviços decorrentes do processo de industrialização do País; cresceram as pequenas e médias cidades do Sertão e a vida urbana tornou-se relativamente mais intensa.

Pergunta-se, assim, se ocorreram mudanças significativas ao ponto de levar o Sertanejo a assumir uma atitude de maior distanciamento da Natureza. Veremos que, até certo ponto, isso acontece, havendo casos de domesticação de espaços naturais, porém, a agricul-

* Recebido para publicação em 27 de agosto de 1992.

** Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisa apoiada pelo Banco do Nordeste e pelo CNPq. O autor agradece a Hermínio Martins e Peter Rivière, por seus comentários sobre uma versão preliminar deste trabalho, e também à Hilda Medeiros, pela tradução, para a língua portuguesa, da versão preliminar, em inglês.

tura capitalizada e o surgimento de cidades maiores são localizadas e o impacto da educação formal é limitado, de forma que as mudanças de atitude ante à Natureza não chegam a ser radical, nem generalizada em todo o Sertão.

Se por um lado, a transformação econômica e social pode modificar a percepção do ambiente por determinada população, por outro, concepções sobre o relacionamento entre aquele povo e seu meio ambiente podem interferir com o próprio processo de mudança econômica. Na literatura clássica sobre desenvolvimento e na prática de planejamento, a percepção do ambiente por camponeses é geralmente colocado em termos negativos, como um conjunto de "barreiras" à modernização (Arnon, 1981; Foster, 1973). Nos últimos 20 anos, porém, tem-se criticado cada vez mais tal preconceito ao conhecimento local, destacando-se a riqueza de informações sobre o relacionamento entre sistemas agrícolas e microambientes locais dos mapas cognitivos do campesinato (Chambers e Ghidyal, 1985; Chambers, Pacey, Thrupp, 1989; Richards, 1985). Assim sendo, também é objetivo aqui mostrar como inovações técnicas são assimiladas na percepção do ambiente, facilitando, e não, barrando mudanças tecnológicas.

ESTUDOS DE PERCEPÇÃO DO AMBIENTE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

No sentido mais amplo, o estudo da percepção do ambiente focaliza: a repartição do espaço físico em diferentes esferas sociais e naturais, noções sobre a posição do Homem dentro da ordem natural, conceitos sobre formas animadas e inanimadas dos ambientes percebidos e valores da utilidade e do significado social daquelas formas dos diferentes ambientes. Nas Ciências Sociais, estes temas têm sido tratados seguindo diferentes abordagens: da ecologia cultural, da etnobiologia, da ecologia simbólica e fenomenológica e da ecologia política. A ecologia cultural e a etnobiologia são abordagens "modernistas" que privilegiam a visão e a metodologia científica, propondo esquemas evolucionistas de mudança socioecológica em estágios idealizados do

tradicional ao moderno, enquanto a ecologia política e a ecologia simbólica são enfoques "críticos" e "alternativos" que enfatizam a diversidade de visões do ambiente e a especificidade de mudanças socioecológicas.

A escola da *ecologia cultural*, também conhecida como ecologia *humana* ou ecologia *social*, surgiu nos Estados Unidos na década de 50, mantendo forte intercâmbio entre antropólogos, demógrafos, ecologistas, geólogos, geógrafos e nutricionistas. A preocupação central desta escola tem sido a análise da adaptação de diferentes povos a meio ambientes específicos, relacionando a dinâmica e a evolução demográfica dos sistemas produtivos aos recursos naturais disponíveis localmente.

Os melhores exemplos deste tipo de estudo, como o trabalho reconhecido de Rappaport (1968, 1979), mantêm bem separadas a visão do mundo do povo estudado e a ideologia científica do pesquisador, procurando-se explicar o comportamento da população estudada pelo inter-relacionamento das diferentes esferas da vida e não por explicações unidirecionais nas quais o comportamento humano é determinado por fatores ecológicos.

Entretanto, estudos como os de Rappaport são minoria na ecologia cultural. Na verdade, dominam as interpretações ecológico-científicas do pesquisador, realçadas pela grande ênfase no uso de sofisticadas técnicas de mensuração oriundas das Ciências Físicas, de tal ordem que praticamente se ignora a visão da população local das suas relações com a Natureza. O pesquisador tende a explicar a variação ecológica pela diferença das adaptações humanas a diferentes ambientes apenas através da pressão demográfica, sistema de uso da terra e recursos naturais. Nesta ótica científica a percepção ambiental local em si fica em segundo plano, quando é tratada. Os estudos de Harris (1966, 1974, 1985) e Gross (1975) são exemplos fortes deste determinismo ecológico. Os fatores ecológicos são considerados a "realidade relevante", enquanto os modelos populares de explicação com base em valores sociais e simbólicos são vistos apenas como "epifenômenos" e "superestruturas" que mistificam as relações "básicas" da população ante às fontes de calor e proteínas na cadeia alimentar.

Este tipo de interpretação é duramente criticado pelas outras escolas por ser demasiada-

mente simplista, não captando a complexidade do relacionamento homem-ambiente presente em modelos nativos (a crítica da etnobiologia); reduzindo religião e cosmologia à produção de alimentos (a da ecologia simbólica); reduzindo relações de produção à produção de alimentos (a dos marxistas); e sendo positivistas e "fundamentalistas", objetivando os fatores ecológicos postulados pelo cientista como a realidade verdadeira de "estruturas profundas" e "ocultas" à população local (a dos pós-modernos). O impacto destas críticas levou ao surgimento nos anos de 1990 de uma nova Ecologia Cultural, muito mais sensível às limitações da visão científica e à importância da percepção ambiental de populações locais (Simmels, 1993).

O segundo tipo de análise ambiental, a *etnobiologia*, é derivada da etnociência e da antropologia cognitiva que surgiram nas décadas de 50 e 60. Os pioneiros desta escola, Conklin (1969, 1962) e Frake (1964, 1969, 1962) têm inspirado um grande número de trabalhos, como os de Atran (1983), Berlin et al. (1969, 1966, 1973), Brown (1985, 1986), Hays (1982), Hunn (1982), Tyler (1969) e Witkowski et al. (1981). Estes autores analisam a lógica popular de classificações botânicas e zoológicas, comparando-as com taxonomias científicas. Contudo, nestes estudos não se faz uma análise sistemática da percepção do espaço de forma a permitir um relacionamento das etnoclassificações da fauna e da flora com a classificação popular de ambientes sociais e naturais.

Como parte do movimento estruturalista, a etnobiologia foi fortemente influenciada por modelos lingüísticos e matemáticos em sua metodologia de pesquisa, tendo sido a abordagem ambiental que mais desenvolveu uma análise matemática formal. Porém como acontece com a ecologia cultural, a preocupação científica com o rigor metodológico distorce a lógica dos modelos nativos estudados. Estes são obrigados a obedecer à lógica organizacional ocidental na qual a fauna e a flora são classificadas de acordo com uma hierarquia de classes botânicas e zoológicas, passando de subespécies até chegar o nível mais abrangente do reino. Alguns proponentes desta escola, como por exemplo Tyler (1978), reconheceram este problema, rejeitaram o formalismo da etnobiologia e procuraram no pós-modernismo e em outros movimentos contemporâneos desenvolver uma abordagem que retrata mais fielmente os modelos nativos. Outros, como Atran (1993) e Berlin (1992),

continuaram atuando na etnobiologia, mas deram ênfase maior à história local, destacando a importância da etnobiologia para o estudo de percepção ambiental como elemento básico ao desenvolvimento sustentável.

O terceiro tipo de estudo ambiental, a *ecologia simbólica*, se insere nos movimentos teóricos da *antropologia simbólica*, da *fenomenologia* e do *pós-modernismo*. Na antropologia e na sociologia, a ecologia simbólica teve sua origem no trabalho dos funcionalistas e estruturalistas franceses e ingleses Durkheim e Mauss (1963, 1903), Evans-Pritchard (1940) e Lévi-Strauss (1967, 1963, 1969, 1963), e, também, no trabalho de Bourdieu (1973, 1962, 1977, 1973). Nas outras ciências sociais, este tipo de estudo é geralmente inserido na fenomenologia inspirado no pensamento alemão de Dilthey, Husserl e Schutz (Gregory, 1978). O pós-modernismo, por sua vez, uma abordagem teórica mais recente, tem como pioneiros os franceses Baudrillard, Deleuze e Lyotard (Kellner, 1989; Lash, 1990), sendo os geógrafos Harvey (1989) e Soja (1989) e os antropólogos Gupta e Ferguson (1992) que aplicaram este modelo ao estudo da percepção do espaço. Exemplificam a ecologia simbólica os estudos de Bulmer (1967, 1989), Douglas (1966, 1975), Leach (1964), Lloyd e Heivly (1987), Mathews (1987), Needham (1962, 1979), Norberg-Schulz (1985), Sahlins (1976), Seamon (1987), Stokes e Altman (1987), Tambiah (1969) e Urton (1985).

O que distingue a ecologia simbólica das outras abordagens ambientais é a sua ênfase no significado social do meio ambiente. Partindo do contexto cultural no qual modelos locais do ambiente são criados, a ecologia simbólica capta bem a lógica intrínseca dos modelos nativos. Destaca-se a origem social dos sistemas de classificação etnobiológica como também a maneira em que os objetos e processos do domínio natural são apropriados socialmente para comparações metafóricas sobre o comportamento humano.

Até a década de 80, produziam-se retratos sincrônicos nos estudos da ecologia simbólica, nos quais não havia a preocupação com processos históricos de mudança, um equívoco paradigmático herdado do funcionalismo e do estruturalismo. No ano de 1980, porém, sobre a crescente influência do pós-modernismo, este tipo de estudo incorporou uma forte dimensão histórica e crítica na qual se passou a enfocar o "imperialismo ecológico", ou seja: o conflito entre diferentes visões e mo-

dos de apropriação do ambiente em áreas de fronteira. Exemplos do novo tipo de ecologia simbólica são: Cosgrove (1982, 1987), Cronon (1983), Crosby (1986) e Turner (1982).

Na *ecologia política*, por sua vez, sempre se observou uma ênfase maior no estudo de processos históricos a nível mundial no seu tratamento da relação sociedade-ambiente. Durante os anos de 1980, esta escola surgiu de uma convergência do movimento ecológico neopopulista com a análise marxista. O movimento ecológico neopopulista surgiu nos fins dos anos de 1960, inspirado no trabalho de Shumacher (1973), tendo como representantes Bideleux (1986), Chambers (1983, 1987) Chambers, Pacey e Thrupp (1989), Evans; Adler, (1979), Dunn (1978), Richards (1985) e Stern (1979).¹ Os marxistas, por sua vez, até há pouco tempo, não tiveram muito interesse pelo meio ambiente ou até mesmo eram extremamente críticos à abordagem ecológica (Foster-Carter, 1973; Graziano Neto, 1981; Redclift, 1984). Na segunda metade dos anos 1980, porém, essa atitude se inverte, dando lugar a uma crescente preocupação ecológica, evidente nos trabalhos de Goodman e Redclift (1991), Martinez-Alier (1991) e Redclift (1987).

A ecologia política incorpora do marxismo a análise de mudança histórica numa escala mundial, enfocando aspectos econômicos, políticos e de classe social que a Ecologia Cultural, a etnobiologia e a ecologia simbólica raramente estudam. Do marxismo e do movimento ecológico adotou a crítica a modelos desenvolvimentistas dualistas, nos quais a mudança social é vista como a evolução linear da sociedade tradicional-estática à sociedade moderno-dinâmica. Herdou, ainda, o interesse pela diferenciação social, examinando como problemas ambientais afetam indivíduos de forma diferente, de acordo com sua classe social, gênero, grupo étnico e grupo étnico. Do neopopulismo, surgiu na ecologia política uma forte preocupação em aplicar na prática seus conceitos sobre o desenvolvimento sustentável, através de pressão política exercida por movimentos sociais e entidades não-governamentais. Finalmente, a preocupação neopopulista com as questões sociais e culturais do desenvolvimento gerou na ecologia política o conceito de "modos de vida sustentáveis" no

qual se enfatiza a importância da percepção local do ambiente a oposição entre as necessidades de conservação ambiental e de desenvolvimento econômico.

Nos anos de 1990 está em curso uma convergência das quatro correntes ambientais em torno de uma nova abordagem que pode ser chamada de *ecologia política cultural* pela importância dada a estas três dimensões da interface sociedade-natureza. Além de agregar as quatro correntes ambientais das ciências sociais, a nova abordagem vai ao encontro das ciências naturais que têm incorporado conceitos pós-modernos nos últimos anos (Zimmerer, 1994). Assim sendo, a ecologia política cultural se afirma cada vez mais como o paradigma científico dominante da virada do século. Estudos recentes exemplificando esta tendência são: Chambers e Conway (1992), Cronon (1991) e Simmons (1993).

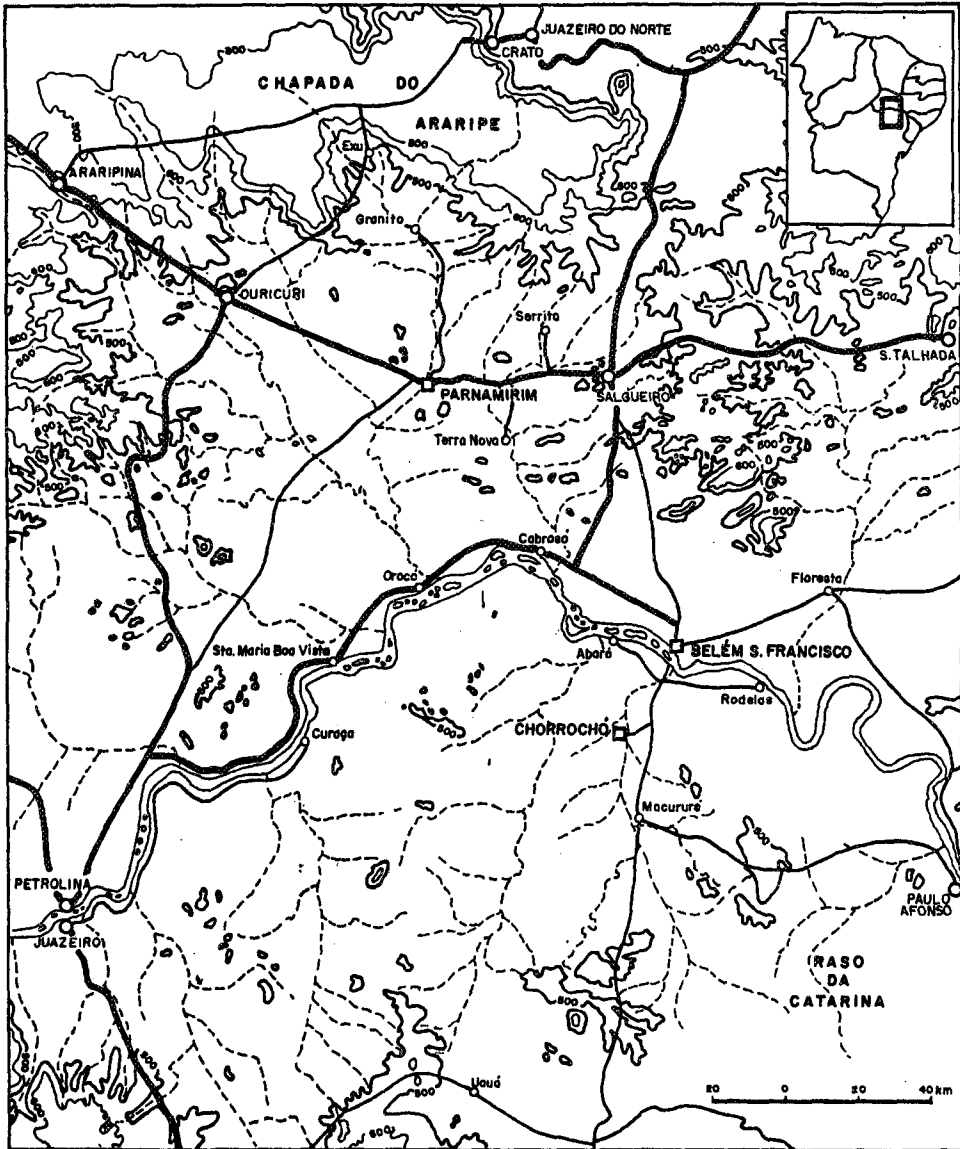
A percepção do ambiente sertanejo aqui analisada representa um caso concreto de que como se pode combinar as diferentes abordagens ecológicas, conseguindo-se realizar um estudo holista e sistemático. A análise começa enfatizando o lado simbólico, fenomenológico e pós-moderno que, aos poucos, cede lugar às abordagens da ecologia cultural e da ecologia política. O trabalho passa, dessa forma, primeiro, pela visão do mundo sertanejo para, depois, chegar às questões do desenvolvimento sustentável e da diversidade no impacto ambiental de diferentes sistemas do uso da terra e de forma de produção no Sertão.

ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo baseia-se em dois anos de pesquisa de campo realizada durante os anos de 1977 a 1979, 1981 e 1994 em três Municípios Sertanejos - Belém do São Francisco (Pernambuco), Parnamirim (Pernambuco) e Chorochó (Bahia) - que foram escolhidos visando a abranger a variação ambiental, econômica e social do Sertão (Figura 1).

¹ Neopopulismo tem como ponto de referência histórica os populistas agraristas da Rússia e dos Estados Unidos no século passado, passando por Gandhi e os ecologistas até nossos dias (Bideleux, 1986; Byres, 1980). Não se deve confundir estes movimentos sociais com o chamado populismo fascista dos anos 1930 e 1940 que "mobilizava" a população por cima.

FIGURA 1
ÁREA DE ESTUDO



- | | | | | | |
|--|----------------|--|----------------------|--|-------------------|
| | ALTITUDE | | CIDADE MÉDIA | | ESTRADA ASFALTADA |
| | RIO PERENE | | CIDADE PEQUENA | | ESTRADA DE TERRA |
| | RIO TEMPORÁRIO | | MUNICIPIOS ESTUDADOS | | |

A situação agroambiental e socioeconômica dessas comunidades varia desde a irrigação capitalizada nas margens do Rio São Francisco, no Município de Belém do São Francisco; à agropecuária de sequeiro associada à irrigação de pequena escala, em Parnamirim; até a pecuária extensiva de uma região quase árida, em Chorrochó. Da mesma maneira, também variam densidade demográfica, o tamanho da sede municipal, a articulação à economia regional e nacional e o contato com o modo de vida e a visão do mundo urbano - industrial, em geral. Assim sendo, Belém do São Francisco e Chorrochó representam situações extremas no Sertão, enquanto Parnamirim pode ser considerado um caso bem típico.

Nestes três municípios e em municípios vizinhos foram aplicados 156 questionários entre a população do campo e 79 das vilas e sedes municipais. Também realizaram-se entrevistas durante semanas e meses com sete informantes de profissão, idade, sexo e classe social diferentes, visando a entender em profundidade os sistemas populares de classificação da flora e fauna. Além disso, na longa estadia de pesquisa residente no Sertão sempre surgiam valiosos comentários sobre o relacionamento homem-ambiente. Finalmente, realizou-se um levantamento geral de 25 municípios distribuídos pelo Sertão no qual foram feitas entrevistas com extensionistas e fazendeiros idosos possuidores de rico conhecimento do meio ambiente local.

DO MUNDO DE FORA AO MUNDO DE PERTO

É comum em estudos de cognição ambiental identificar dois tipos de espaço, diferenciados em função de distância relativa. Rayner (1982) denomina de "espaço geográfico simplificado" aquele que se localiza longe do indivíduo, e, do qual ele tem pouco conhecimento empírico. Por isso é um espaço vago e abstrato, faltando a riqueza de divisão e de detalhe do "espaço geográfico operacional" do qual o indivíduo possui uma experiência própria.

Os processos de cognição espacial no Nordeste também funcionam dessa maneira. Na medida em que se aproxima do local de residência do informante, o espaço é repartido

com minúcia, de forma que mais detalhes são notados e a diferenciação é feita de maneira concreta. Assim sendo, muitos dos lugares com os quais o Sertanejo típico tem pouco contato pessoal são descritos e diferenciados pelo emprego de vagos critérios cosmológicos, políticos e socioeconômicos, enquanto as áreas mais próximas de suas casas são caracterizadas e distinguidas por considerações de ordem socioeconômicas, climáticas, topológicas e relativas à flora e à fauna, todas elas advindas de uma observação direta. O mundo maior para o Sertanejo consiste de "Este Mundo", onde nós e os outros seres vivemos, e, o "Outro Mundo", onde vivem as almas. O último não está tanto num espaço físico diferente, como numa outra dimensão, e os dois mundos são vistos como completamente separados. Os seres que neles vivem, não deviam se encontrar, e, de fato, poucos são aqueles que afirmam ter visto uma "Bem, isso é a Bahia", assim como se fosse um lugar misterioso, muito distante. Do mesmo modo, a população de Parnamirim e de outras cidades do oeste de Pernambuco caçoia do Piauí por ser tão atrasado, citando como exemplo típico a pobre e deficiente criação de gado que ainda existe lá (um assunto muito sério para um Sertanejo). Os habitantes dos estados considerados em situação inferior, geralmente aceitam o seu *status* e lamentam o atraso do local onde vivem. Os residentes de estados considerados como tendo igual desenvolvimento, como por exemplo, os do Ceará e de Pernambuco, simplesmente afirmam que certos locais do outro estado são "bem adiantados", disfarçando levemente um sentimento de rivalidade.

Admitindo inferioridade ou não, estereótipos depreciativos são usados para mostrar superioridade incontestável do indivíduo em questão. Mesmo os habitantes de lugares atrasados costumam depreciar aqueles dos locais mais adiantados, e, assim, conseguem um certo grau de auto-respeito. Os estereótipos são freqüentemente evocados e o fato irônico é que, na maior parte das vezes, eles têm algum laivo de verdade.

Os pernambucanos da área estudada, assim como a maioria em todo o estado, dizem que os baianos são preguiçosos e covardes e que os cearenses são assassinos contratados, bem semelhantes aos violentos alagoanos. Os baianos, por sua vez, chamaram a atenção para o fato de serem os pernambucanos temperamentais e excessivamente or-

gulhosos, enquanto os paraibanos são bravos mesmos. Um baiano minerador que trabalha no enorme Complexo Caraíbas de Metais, localizado perto de Juazeiro, afirmou de maneira categórica que a maior parte da força de trabalho das minas não são de baianos, como ele, porque a maioria desses não gosta de trabalhar. O emprego de estereótipos não é apenas “coisa do interior”, pois, também são usados mesmo nos níveis educacionais mais altos nas capitais dos estados.

No nível intra-estadual são reconhecidas grandes divisões geográficas, definidas pelos diferentes tipos de clima, vegetação, topografia e atividade pessoa do além. Assim sendo, em termos relativos, o “Outro Mundo” é o lugar mais longe do conhecimento de um Sertanejo e poucos se arriscam a opinar sobre como é o “Outro Mundo”, nem gostam de falar do assunto, porque se trata de alma de mortos humanos. Há grande medo de almas e falar-se muito deles podem os mesmos vir a fazer uma visita e, desejando companhia no “Outro Mundo”, podem resolver levar o vivo de volta com eles.

Este Mundo, para a maior parte das pessoas das comunidades estudadas, consiste principalmente nos diferentes estados do Brasil (Fugira 2). Podem saber da existência de outros países, mas os imaginam como sendo semelhantes aos estados do País, parte de uma entidade chamada “O Estrangeiro”. Aqueles que têm este tipo de concepção geralmente estão na faixa de 40 anos de idade para cima ou têm uma escolaridade de nível primário. As pessoas com uma visão mais ampla do mundo fazem parte de uma classe mais educada, viajada e de nível mais elevado, e são mais numerosas nas comunidades ricas da zona de irrigação ao longo do rio São Francisco e nas cidades de porte médio cuja economia é baseada no comércio e na prestação de serviços (Figura 2).

Para o Sertanejo, assim como para a maioria de seus conterrâneos nordestinos, o País é visto como um conjunto de estados, dividido em duas Regiões: o Norte e o Sul. Os estados de sua região são considerados bem diferentes uns dos outros, tanto no ponto de vista socioeconômico, como na maneira típica de proceder dos habitantes de cada um deles, enquanto os habitantes do Sul são encarados como sendo semelhantes uns aos outros. O Sul é considerado “desenvolvido” por igual,

em contraste com os estados do Nordeste, que variam de acordo com o seu grau de “atraso”.

Ceará e Pernambuco são considerados os estados mais desenvolvidos da região, tanto suas capitais como o seu interior. As pessoas de Belém consideram-se com um modo de vida mais “adiantado” do que aquele encontrado no outro lado do rio São Francisco, na Bahia. Eles vêem a Bahia como um lugar realmente “no interior” ou “na contra-mão” e poucas vezes vão lá. Ocasionalmente ouvem falar sobre algum fato curioso de lá ocorrido e comentam: Humana. As mais extensas dessas zonas são as da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão. Dentro de cada uma delas são feitas divisões mais elaboradas, com os lugares mais próximos do informante sendo bem diferenciados, enquanto aqueles bem distantes são agrupados numa categoria geral.

Para o Sertanejo de Parnamirim e Belém do São Francisco, Pernambuco consiste em Sertão e Zona da Mata. Dentro da última, o Agreste e a Zona da Mata geralmente não são diferenciados, ambos sendo considerados como “brejo” (úmido). O próprio Sertão é dividido por vales, montanhas e cidades importantes que definem as seguintes subzonas: Arcoverde (uma cidade), Moxotó (um vale), Pajeú (um vale), Salgueiro (uma cidade), Araripe (uma área de região montanhosa) e Beira-Rio (a área ao longo do rio São Francisco). Um habitante de Parnamirim separaria, além disso, a área ao redor do Riacho da Brígida, localizada entre Salgueiro e Araripe. Os pernambucanos da região costeira, por sua vez, não distinguem com esse detalhe o espaço do Sertão e, quando muito, podem conhecer poucas cidades importantes lá, que, juntamente com a área que os cerca, dão alguma divisão à zona.²

No nível de contato freqüente, o espaço é repartido em dois sistemas de classificação. Um tem por base o grau da domesticação do ambiente, no qual se impõe critérios sociais, econômicos e políticos na repartição do espaço, separando a *cidade do campo*. O outro sistema de classificação do espaço sertanejo se refere ao campo em si, no que se distingue *tipos de terreno* de acordo com seu potencial agrícola e a vegetação nativa presente, por considerações menos sociais e mais físicas.

² Bicalho (1980) observa um processo similar nas divisões geográficas populares na Paraíba.

FIGURA 2
O MUNDO VISTO DE PARNAMIRIM (PE)

Estrangeiro		Estados Unidos e outros países		
Brasil	Sul	São Paulo		
		outros estados do Sul		
	Norte	Piauí		
		Ceará		
		Paraíba		
		Bahia		
		outros estados do Nordeste e do Norte		
		Pernambuco	Brejo	Zona da Mata
	Agreste			
	Sertão		Arcoverde	
Moxotó				
Pajeú				
Salgueiro				
Araripe				
Beira-Rio				
Brígida				

A TRANSIÇÃO DA CIDADE PARA O CAMPO

Para objetivos mais práticos, a análise do espaço cultural começa a assumir significado real para o Sertanejo a nível de município. Conquanto à primeira vista esta demarcação política e administrativa do ponto de vista ambiental possa parecer baseada em critérios arbitrários, os municípios são áreas realmente funcionais que orientam a vida a nível local. São centros comerciais que ligam microambientes complementares, estão localizados próximos às estradas principais e são pontos de convergência de estradas secundárias. Assim sendo, a maioria dos contatos sociais e econômicos é feito na cidade-sede do município. É um lugar onde as pessoas da zona rural, que passam a maior

parte do tempo relativamente isoladas com suas ocupações na fazenda, podem-se encontrar nos dias de feira e de festa.

A cidade

Acidade é o eixo da divisão mais importante do espaço sertanejo (e brasileiro): cidade-social e campo-natural. Essa divisão se fundamenta em distinções naturais, econômica, sociais e de classe social, escaladas de alto a baixo prestígio, e pode ser vista como uma continuidade da esfera mais humana, a cidade, até o domínio mais agreste e menos domesticado, o mato bruto.

A cidade é construída quase que exclusivamente para o benefício do ser humano. Muito poucos animais bravos são ali permitidos e sente-se cada vez mais que nem mesmo os animais da fazenda podem transitar livremente pelas suas ruas. Porcos soltos na cidade só em lugar atrasado. A vida urbana ideal

é aquela que se leva nas grandes cidades industriais do sudeste ou nas capitais do Nordeste. De tais lugares o mato e os animais foram banidos. Entretanto, a zona urbana das cidades menores, e mesmo maiores, do Sertão não é totalmente separada do campo. Há casos de intrusos perigosos do mundo silvestre, tais como cobras e onças, que aí entram, ameaçando o Homem. Cair uma jararaca do telhado ou matar uma caranguejeira dentro de casa não é incomum, como verificou o autor em experiência própria. Esta separação insuficiente de cidade e campo leva muitos moradores das cidades grandes do Nordeste a dizerem, jocosamente, que as cidades do interior estão quase dentro do mato.

Nas pequenas cidades do Sertão o conceito de urbano é definido como um conjunto de casas alinhadas ao longo de ruas, e, até o termo "rua" é sinônimo de cidade. Além disso, todas essas cidades têm uma feira semanal que é um dos pontos altos de atividades coletivas de uma formação social camponesa. Este tipo de sociabilidade e outros, como festas de padroeiros e, ocasionalmente, um comício, que se chama de "movimento", é o que mais diferencia a cidade-sede de uma localidade rural isolada. A falta do "movimento" é o maior problema com a vida no campo, que é considerado como castigo. Tanto que Inferno para um Sertanejo não é um lugar de fogo e castigo físico, e sim vagar solitariamente no "espaço".

Há outras características importantes da vida de uma cidade menor, que têm origem mais recente decorrente do processo de urbanização do País, como por exemplo estabelecimentos comerciais especializados abertos diariamente, serviço de eletricidade, água corrente, sistema de telecomunicações e ruas pavimentadas.

As vilas e os povoados podem possuir alguns atributos da vida urbana, mas em escala bem menor. Na verdade parecem com as pequenas cidades do passado, tendo apenas as características básicas, como ruas e um comércio semanal de feira, e, por isso, não fazem parte do "mato". Por outro lado, as vilas e os povoados estão muito aquém na escala de prestígio de residência e, portanto, não chegam ao nível de uma pequena cidade-sede atual. Do ponto de vista urbano, só pior é a fazenda, que fica "no escuro, só tem paus pretos e mais nada". É considerado "mato", independente do grau de domesticação do campo do lugar em questão.

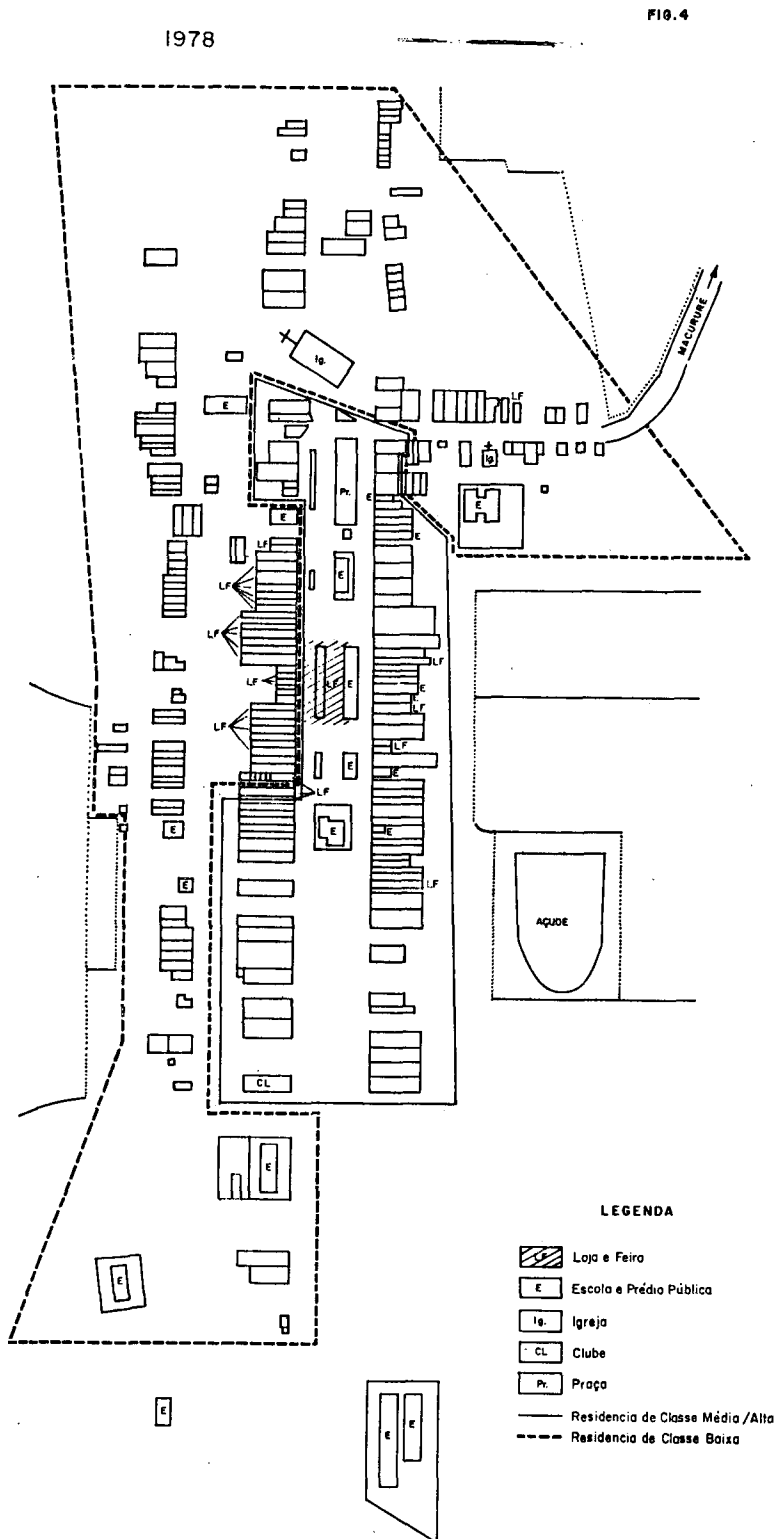
Todavia, a transição de uma cidade para o campo no Sertão não é tão brusca quanto

parece ao julgar por essas categorias gerais em forma de oposição dualista. Morando na periferia da zona urbana, as pessoas das cidades pequenas não estão realmente "na cidade", da mesma maneira que aqueles que moram perto do "centro". Como são os pobres que moram nas zonas periféricas, são mal servidos pela infra-estrutura moderna urbana. Poucas vezes desfrutam dos serviços considerados primordiais hoje em dia, tais como: eletricidade, água corrente, esgotos e coleta de lixo. Com o influxo de pessoas deixando a zona rural, as áreas pobres estão crescendo mais rapidamente do que os serviços expandem para a periferia. Em conseqüência, o crescimento se processa de maneira um tanto ou quanto desordenado, de modo que muitas casas não estão devidamente localizadas nas ruas, quando estas existem.

Em Belém do São Francisco, a parte pobre da cidade é chamada "os altos" refletindo sua localização bem distante do rio, onde a cidade foi inicialmente fundada. Em Parnamirim os pobres também vivem principalmente "no altos", localizado distante do Riacho da Brígida. Em ambas as cidades o aumento de casas novas de famílias da classe média para os arredores está empurrando os pobres cada vez mais para longe do centro. Já em Chorrochó, uma cidade de 800 habitantes, os pobres se encontram fora da rua principal ou na parte mais velha e decadente da cidade que é atingida eventualmente por enchentes.

De uma maneira geral, o espaço urbano é organizado em função de classe social, mas há outros critérios para o delineamento das áreas das cidades onde certos tipos de pessoas moram e convivem. Dessa forma, o interrelacionamento de considerações de sexo, idade, filiação política e classe social, determinam quais os lugares públicos que uma pessoa freqüenta. Por exemplo, os jovens de ambos os sexos da "classe elite" geralmente só entram em bar ou lanchonete "família". Outros bares são mais turbulentos e até "perigosos", particularmente em dia de feira quando supelotados de homens do campo do tipo morador, meeiro e sítiantes que vão para a "rua" tomar sua bebedeira semanal. Do mesmo modo, em outros lugares de domínio público assim como nas lojas, nas ruas e nas praças observa-se estes princípios funcionando pelo agrupamento e segregação das diferentes classes e tipos de indivíduo, cada uma ocupando o seu "lugar devido" (Figuras 3 e 4).

FIGURA 4
ESPAÇO URBANO DE CHORROCHÓ



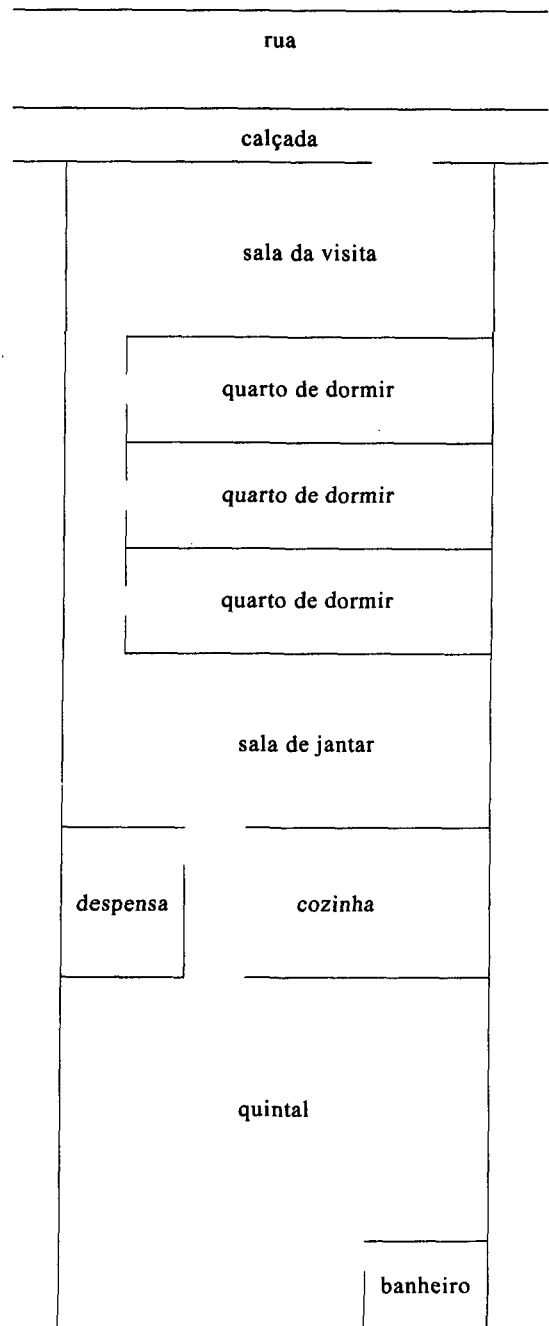
Existem de fato alguns lugares como a igreja, por exemplo, onde quase toda a comunidade se reúne, mas mesmo aí, assim como no único clube social de Chorrochó, as divisões do mundo exterior se repetem internamente. Mas quando a cidade é de tamanho razoável, como Parnamirim e Belém, existem dois ou mais clubes sociais fornecendo o local para comemorações das diferentes classes e de partidos políticos da comunidade. Recentemente, até a religião se encontra num processo de segmentação por classe onde um número expressivo de pobres urbanos afiliam às igrejas protestantes e aos centros de Xangô.

Em oposição ao espaço público é o espaço doméstico da casa, o local de privacidade da família e em particular o domínio das mulheres. Assim que um rapaz pode, ele tenta passar o maior tempo possível "na rua" que, do mesmo modo que os locais de trabalho urbanos e rurais, são do domínio dos homens.

Os lotes residenciais geralmente são compridos e estreitos, permitindo a um maior número de casas possível acesso ao recurso social escasso: o "movimento" das vias públicas seguem, dessa maneira, o mesmo padrão das propriedades rurais, cujo formato alongado, a partir de um rio, permite a todos acesso aos recursos naturais escassos do Sertão; a água e as terras de aluvião dos riachos. Em ambos os casos, o acesso é concebido em termos de "braças" ou "metros de frente" para o recurso escasso.

As casas são construídas obedecendo um padrão de organização comum a todas as classes iguais, sendo a principal diferença o tamanho e a decoração (Figura 5). Na calçada em frente à casa e no primeiro aposento de entrada, a sala de visitas, são lugares onde a família e outras pessoas conversam. Aqueles que não são parentes ou muito amigos se encontram nas calçadas, sendo convidados aí a se sentarem ou entrarem na sala de visitas. A vida social das pequenas cidades do Sertão é personalizada de tal forma que, às vezes, as pessoas são obrigadas a andar no meio da rua, e não na calçada, para evitar o convite para sentar e conversar em cada casa no percurso. A introdução da televisão vem afetando esse hábito, porém levando as pessoas a ficarem dentro de casa assistindo novela ao invés de conversarem na calçada.

FIGURA 5
PLANTA DE UMA CASA TÍPICA SERTANEJA



Somente os parentes e amigos íntimos entram mais para o interior das residências e, no caso de casal amigo, é a mulher quem realmente tem acesso aos demais aposentos da casa. Irmãos e irmãs podem circular pela casa quase toda, assim como seus filhos, indo e vindo como querem e não precisam se fazer

anunciados como os outros. Um hóspede ou um inquilino que não seja muito íntimo da família fica principalmente no seu quarto, vai à sala de jantar na hora das refeições e só fica mais à vontade na sala de visitas.

Localizados ao lado da sala de visitas ou atrás dela estão os quartos; um para o casal, outros para os filhos do mesmo sexo ou para um pai ou uma mãe que more com eles e deles dependa. Quando a casa tem um só quarto de dormir, as crianças dormem em redes espalhadas pelos outros aposentos. Os quartos são a parte de maior privacidade da casa. As pessoas que não residem nela só entram no quarto quando acompanhadas por alguém da casa e, assim que terminam o que foram fazer lá, saem logo.

Mais para atrás da casa, fica situada a cozinha, que é o principal domínio de trabalho e sociabilidade das mulheres. Aí as amigas ou parentes íntimas conversam com a “dona da casa”, enquanto ela cozinha ou faz queijo caseiro e manteiga de garrafa. O sanitário e o banheiro estão geralmente localizados fora do corpo da casa, no fundo de um quintal. O quintal é rodeado de muro, ou pelo menos cercado, para evitar que porcos ou outros animais entrem para roubar comida ou sujar o quintal. A função social mais importante do muro, porém, é separar claramente, pelo menos visivelmente, o espaço pertencente à família daquele vizinho, com que ela compartilha dos muros, assim como daquilo que é domínio público. Geralmente, nas cidades menores, os terrenos dos fundos das casas dão diretamente para o mato, campos e pastos. Neste caso, o muro também delimita a área privativa do homem daquela dos animais, tendo apenas uma pequena passagem separando ambos. Por outro lado, é conveniente ter o mato por perto como depósito de lixo e esgoto.³

Essa visão social do espaço doméstico é muito parecida com aquela identificada por Matta (1978) para a classe alta e média do Rio de Janeiro, por Woortmann (1990) para a classe baixa das grandes cidades do País, por Robben (1989) para pescadores do sul da Bahia, e por Garcia (1975) e por Woortmann (1980) para os camponeses sitiados da zona do

Agreste do Nordeste. Estes autores identificam uma relação de ordenação direcional da casa, de espaço privado e público, de sexo e de simbolismo luminoso na seguinte forma:

- rua: público: lugar de trabalho: estranhos: homens: praça: homem/mulher: casa: privado: família: mulheres

- frente: nascente: porta de entrada: sala de visitas: homens: visitantes não-familiares: claridade: fundos: poente: porta de fundos: cozinha: quintal: banheiro: chuveiro: lixo: esgoto: privacidade: mulheres: escuro

- sala de visitas: público/privado: sala de jantar: homem/mulher

- sala de visitas: sala de jantar: utilização diurna: iluminado: quartos: utilização noturna: escuro

- quarto do casal: relações sexuais: quarto dos filhos: assexualidade e controle de sexualidade

-dispensa: alimento/panela: homem: mulher.

: = relação de semelhança, :: = relação de oposição, / = relação de encontro;

ex.: a rua é um lugar público de trabalho (remunerado) que é o domínio dos homens e estranhos, *enquanto* a casa é o domínio privado da família e das mulheres.

O único ponto de divergência com esse esquema no Sertão é a presença de janelas nos quartos e na cozinha, e, portanto, a questão do simbolismo luminoso e do controle da sexualidade. As cozinhas do Sertão sempre têm janela e luz, enquanto os quartos podem ter janelas ou não, dependendo do tamanho da casa e se as casas vizinhas são geminadas, compartilhando das mesmas paredes divisoras. Assim sendo, simbolismo doméstico ou controle da sexualidade das filhas são considerações insuficientes para explicar

³ Mesmo quando moram nas cidades grandes do Nordeste, é difícil aos migrantes adquirirem o hábito de colocar lixo em latas próprias para recolhimento pelo lixeiro. Jogam lixo em terrenos baldios e, até quando colocam numa lata para recolhimento, dizem que “estão jogando lixo no mato”.

a ausência de janelas nestes aposentos. A classe social do morador da casa também é importante. Os quartos das casas maiores da classe alta e média, urbana e rural, do Sertão, todos possuem janelas, enquanto em casa de pobre economizam-se janelas exatamente nos quartos de dormir. Cozinha de uso diurno sem janela no Sertão se torna inviável devido às altas temperaturas registradas. Os quartos de dormir, por sua vez, são usados principalmente à noite quando há uma expressiva queda de temperatura ambiental em zonas semi-áridas como o Sertão, e, assim, a possível ausência de janela não faz tanta falta.

O campo

Sob o ponto de vista das pessoas da cidade, o espaço rural é "mato". As fazendas pertencem ao mato, e os indivíduos que nelas vivem são simbolicamente identificados com ele. São chamados de "matutos", que é um termo pejorativo. Contudo, no contexto da zona rural, o espaço humano é colocado à parte da esfera agreste do mato. A casa da fazenda é localizada numa clareira e é o centro do domínio humano no campo. A partir dela se percebe uma gradação de espaços em graus de domesticação decrescente até chegar ao mato bruto. Perto da casa está o curral, onde ficam geralmente os animais mansos. Em seguida há os campos e, finalmente, diferentes tipos de zonas de mato mais ou menos modificadas pelo Homem (Figura 6).

As casas da fazenda seguem a mesma linha daquelas da cidade, com exceção da varanda, que desempenha o papel das calçadas para os primeiros encontros entre as pessoas. A casa não é cercada de muro e é separada do mato apenas pela clareira aberta. Como não há rua, o curral é a localidade masculina de trabalho e de sociabilidade. Aí, longe das mulheres, soltam piadas envolvendo sexo e fazem brincadeiras com os meninos quando defrontados apreciando animais "namorando" (no ato sexual).

Nas zonas típicas do Sertão, as casas são localizadas invariavelmente em terrenos mais altos, de maneira a não serem destruídas por inundações violentas, e o mato é encontrado quase junto à porta de trás. No passado, as casas de fazenda eram localizadas ainda mais

distanciadas dos rios, às vezes quilômetros, para evitar o problema de malária (erradicada nas décadas de 30 e 40) de forma que a casa realmente ficava cercada por mato.

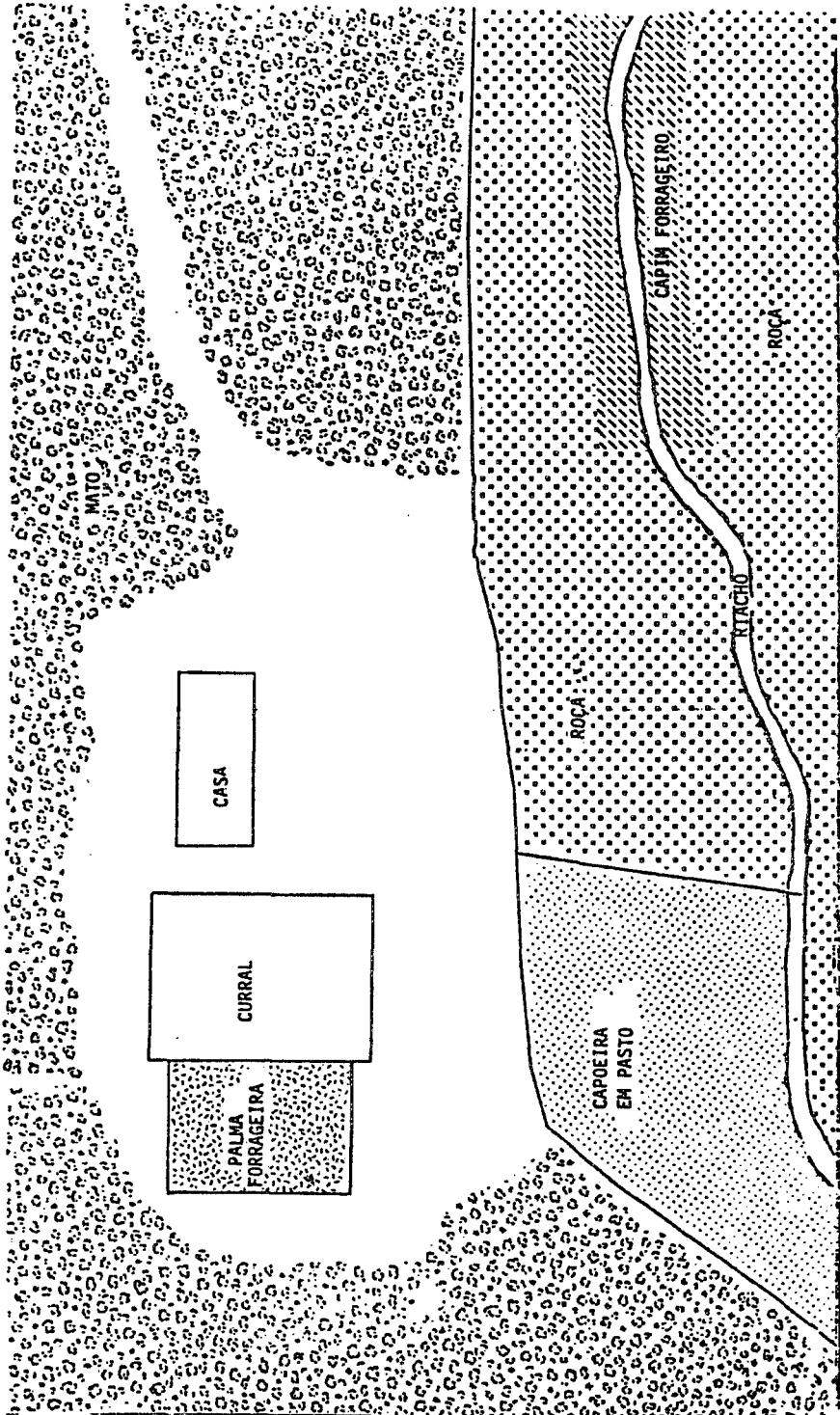
Como nas cidades menores, é conveniente ter o mato perto da casa para haver um lugar à mão para jogar o lixo, assim como para aliviar as necessidades fisiológicas, quando a fazenda não tem sanitário, com o mato tão perto, porém, a casa é quase que literalmente o "castelo" do homem. Ela é muito bem trancada à noite para evitar que entrem animais perigosos, e ainda mais importante como preservação contra seres humanos vingativos. Um receio mais atual é de que ladrões penetrem na casa. Também é necessário fechar bem a casa para evitar o "ar frio" da noite, que é tido como causador de doenças (assunto elaborado nas páginas 27-28).

A casa geralmente fica de frente para um riacho e as roças são localizadas nas terras de aluvião entre a casa e o riacho. Também pode haver uma estrada entre a casa e as roças, se o riacho for razoavelmente importante. Dessa forma, a orientação direcional da casa obedece ao serpentear e aos meandros do riacho e não à orientação de pontos cardeais, de nascentes *versus* poente ou outra razão cosmoideológica.

O fato de estar a casa vinculada diretamente ao mato, e as roças estarem localizadas em frente a ela, significa que a travessia do espaço ocupado pelo homem para aquele do mato pode ser rápida e abrupta, sem áreas de transição presentes. Assim, com exceção da área diretamente em frente à casa, as roças não separam fisicamente o espaço humano do mato, embora os sertanejos o considerem como assim sendo, conceptualmente. Já nos poucos enclaves de irrigação capitalizada do Sertão, o domínio natural fica mais afastado das habitações humanas, tanto no sentido físico quanto no sentido conceptual. As roças são relativamente extensas, alcançando áreas de uma distância de até dois quilômetros do rio. A casa do agricultor fica localizada dentro da área da roça, e, neste caso, o campo cultivado, de fato, medeia o domínio humano e o mato.

Como a irrigação de escala maior é rara, é geralmente através da agropecuária de sequeiro que o homem modifica o campo no Sertão. Esta atividade é mais desenvolvida no

FIGURA 6
UMA FAZENDA SERTANEJA



"baixio", perto do riacho, nas terras de maior aproveitamento para a lavoura e forragens plantadas. Conceitualmente, hoje, o baixio é visto como mato transformado em roças e pastos, onde o homem faz o máximo esforço para controlar os tipos de plantas que aí existem, assim como a ida e vinda dos animais. As cercas simbolizam esta tentativa de controle e, quando em pé, delimitam área de maior modificação ambiental. Quando uma fazenda fica abandonada, basta dizer que "a cerca caiu".

Na agropecuária de sequeiro do Sertão o mato é derrubado para plantar roças, visando tanto à lavoura sazonal como também ao pasto de que precisará nos próximos anos. Antigamente, quando o povoamento do Sertão era bem menor e se dispunha de maiores extensões de baixio em cada propriedade, cultivava-se uma roça de um a três anos e deixava-se em pousio. Abandonada, a roça virava "capoeira", onde proliferava capim nativo para o criatório. Depois de quatro a nove anos, a área se tornava "mato fino" e depois de dez anos, "mato cerrado", que, embora ainda fornecesse algum pasto e arbusto, não era tão rico em alimento para a criação.⁴ Hoje, o pousio de terras do baixio diminuiu de tal maneira que só deixa a terra em descanso no máximo de um a dois anos, se isso, e o antigo sistema de agricultura móvel foi restringido aos interflúvios.

É interessante notar que, uma vez desmatada para roça, a vegetação nativa jamais voltará a ser "mato bruto" depois do homem ter deixado sua marca indelével. Ela sempre será considerada "capoeira velha", na qual certas espécies de árvore de maior porte, tais como baraúna (*Melanoxylon*), quixabeira (*Bernelia sertorum*) e juazeiro (*Sizyphus joasseiro*), não brotarão novamente, enquanto outras, tais como canafístula (*Cassia fistula*), jurema preta (*Mimosa nigra*) e ingazeiro (*Inga ingoides*) predominam. Duque (1973) observou mudanças semelhantes em outras zonas de caatinga do Nordeste, afirmando que hoje em dia é difícil encontrar o mato original de três a quatro estratos de flora e que mato secundário de dois estratos prevalece.

Outro nome para o mato é "caatinga".⁵ Neste sentido, caatinga refere-se às terras localizadas fora do baixio, nos terrenos altos do interflúvio, que são secos e pedregosos, geralmente pouco adaptados à lavoura. É campo aberto sem cerca, menos modificado pelo homem, onde o gado pasta livremente e onde vivem os animais do mato. A esfera mais silvestre dessa área é aquela dos serrotes e serras secas, que não dispõem de terras agricultáveis nem de boas fontes de água. Aí, ainda podem-se encontrar animais raros, como onças e macacos, como também as criaturas sobrenaturais, como animais encantados e o caipora (o protetor dos animais do mato).⁶

Quando o interflúvio é cercado em "mangas" e aparado numa extensão maior para favorecer o crescimento do capim para o gado, deixa de ser "caatinga" e se torna "pasto". Isso acontece com maior frequência nas zonas mais favoráveis à lavoura, onde se cultiva maior área do baixio, e, assim, há maior área de terrenos altos desmantados para pastos. A caatinga, neste caso, não é tanto o oposto do baixio, pois está em contraste com as roças, estejam elas onde estiverem.

ESPAÇOS AGRÍCOLAS NUM AMBIENTE AGRESTE

A repartição do campo em tipos de "terrenos" é o segundo grande conjunto de divisões do espaço no Sertão. Neste esquema, o potencial agrícola é o critério mais importante na maneira em que as condições hidrológicas, pedológicas e topográficas permitem a exploração agrícola ou não. O aspecto da domesticação do ambiente fica em segundo plano, mas a influência da cultura na percepção do campo ainda é importante, particularmente no significado dos termos usados para qualificar os espaços percebidos.

Tipos de "terrenos"

Do ponto de vista do agricultor, o campo é visto como um mosaico de diferentes terrenos: "baixio" ou "várzea" (terras de aluvião, baixas, planas e de alta fertilidade), "tabuleiro" (terras

⁴ Johnson (1971, 1974) constata quase a mesma seqüência no Ceará.

⁵ Num sentido mais amplo ainda, caatinga é contrastada com a cidade, como na distinção de campo e cidade.

⁶ Dirija-se a Hoefle (1983) para uma análise do significado dessas criaturas como seres ambíguos que se posicionam, conceptualmente, entre o homem e os animais.

ligeiramente onduladas, pedrosas e de baixa fertilidade), "caatinga" (terras onduladas, de solos barrosos de média fertilidade), "chapada" (terras elevadas planas, arenosas e moderadamente férteis); "serrote" (montanhas secas, rochosas e geralmente de pouca altura); e "serra" (montanhas úmidas de solos relativamente profundos e férteis). Disso deduzimos que os vários tipos de terrenos são caracterizados por uma combinação dos princípios de alto/baixo, seco/úmido, quente/frio, rochoso/arenoso/argiloso, plano/inclinado/íngreme, baixa/alta fertilidade.

Enquanto estes tipos de "terrenos" são encontrados por toda a zona semi-árida, existe variação local no número e na complexidade

dos terrenos reconhecidos. Isto diz respeito às diferenças do meio ambiente local, mas também se relaciona com o tipo de atividade humana exercida e a distância do lugar em relação à moradia do informante, como vimos acontecer com a percepção das grandes zonas do Nordeste. Os três municípios estudados em detalhe exemplificam bem essa variação de acordo com diferenças nas condições físicas, nos sistemas agrícolas e na forma de produção predominantes. Poucos tipos de terreno são reconhecidos em Chorochó, enquanto outros são identificados em Belém do São Francisco e vários tipos em Parnamirim (Figuras 7, 8 e 9).

FIGURA 7

PERCEÇÃO DE TERRENOS EM BELÉM DO SÃO FRANCISCO

a) beirante				
beira-rio	ilhas	alto	caatinga	alto
		vazante		
		rio		
	terra firme	alto		baixio
		vazante		
		rio		

b) caatinga					
caatinga	serra	serrote		beira-rio	alto
		serra	serra		
			pé-de-serra		
	caatinga	caatinga	alto		vazante
			baixio		
		tabuleiro	alto		
			baixio		

FIGURA 8
PERCEÇÃO DE TERRENOS EM CHORROCHÓ

tabuleiro	alto	caatinga	caatinga	alto	
	baixio		chapada	baixio	
				Raso da Catarina	

FIGURA 9
PERCEÇÃO DE TERRENOS PARMAMIRIM

ribeirão	chapada	caatinga	alto	serra/ brejo/ agreste	serra	
	tabuleiro		chapada		chapada	chapada
			alto			
	baixio		campadão			pé-de-serra
			campestre			
	baixio		baixio			

Em Belém do São Francisco, onde irrigação é muito importante, a divisão básica de microambientes é aquela entre a margem do rio São Francisco, a "beira-rio", e as terras mais secas distantes do rio, a "caatinga". Para esta parte do Sertão as terras mais importantes são as áreas de aluvião ao longo deste grande rio perene. Mesmo que ocupem 5% das terras do município, com a irrigação contribuem com 90% da produção agrícola.

A área das margens do rio São Francisco consiste de "ilhas" e "terra firme". Nestas, há terras de "vazante", que o rio cobre na sua enchente anual, e há as de "alto" (também chamado "aluvião"), as quais são raramente cobertas pelo rio. Antes da irrigação, as terras de "vazante" eram as principais terras agrícolas, mas, com o advento da irrigação, as terras de aluvião tornaram-se mais importantes e a lavoura ultrapassou a criação de gado como atividade de maior importância. Em consequência, sob o ponto de vista dos "beirantes" que praticam a irrigação, além do aluvião

no seu horizonte, está a caatinga indistinta. Nos últimos tempos, tem-se dado pouca atenção a essa zona, devido ao progresso da irrigação, e, assim, os beirantes não vêem muita diferença espacial na caatinga.

Por outro lado, para os "caatingueiros", que moram fora do rio, e precisam fazer sua vida na caatinga, vários subtipos de terrenos são identificados. Um é aquele dos "serrotes" e das "serras". Serrotes são secos, estéreis e rochosos e são notados principalmente por sua elevação acima da caatinga. As serras são elevações mais altas, perfazendo conjuntos maiores. São beneficiadas por maior quantidade de chuva e melhor qualidade de solo, que favorecem a lavoura, assim como vegetação mais densa e mais desenvolvida. Quando as terras agrícolas são encontradas somente na base, a tal área é chamada "pé-de-serra" para distingui-la de uma "serra" verdadeira. Essas ilhas verdes são raras em Belém do São Francisco e ocupam apenas cerca de 4% das terras do município.

A parte da caatinga mais próxima ao rio São Francisco é diferente daquela que se encontra adiante, no interior, que se considera parêcida com a dos municípios vizinhos de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista. A área perto do rio é chamada "agreste" ou "tabuleiro", que abrange 60% do município. Observa-se que a terra é rasa e a vegetação menos viçosa e mais escassa. A área mais distante do rio é chamada "caatinga" no mais restrito sentido do conceito. Esta terra tem terrenos mais profundos, de barro de melhor qualidade, uma vegetação mais densa e mais viçosa, e possui um maior potencial agrícola que as terras do "tabuleiro". Entretanto, nessa região em geral, ambas as zonas são de criação de gado devido à chuva bastante irregular e insuficiente numa das áreas mais secas do Sertão. Assim como os beirantes, os moradores de toda a região da caatinga fazem também distinção entre terras altas e baixas, quando se trata de terrenos perto dos rios temporários. A distinção entre "alto" e "baixio" é baseada no nível que a água atinge durante a cheia, o que diferencia as terras secas do alto das terras úmidas do baixio. A água e o sedimento fertilizante das cheias cobrem anualmente a maior parte do baixio e a área toda, de vez em quando. Na caatinga, a "vazante", quando distinta do baixio, é o próprio leito do rio, que é seco a maior parte do ano e completamente submerso durante pequeno período, quando os rios temporários "botam", isto é, quando correm.

Plantas e terras quentes e frias

Para cada tipo de terreno existem tipos correspondentes de plantas "frias" ou "quentes", adaptadas às condições de calor ou de frio do terreno (Tabela 1). Este sistema de classificação é voltado quase que exclusivamente para cultivos. A maioria das espécies silvestres são agrupadas num termo coletivo "mato", sem que haja muita distinção deste. Dentre a vegetação quente do mato, destacam-se apenas os cactos mandacaru e xique-xique porque são as mais importantes forragens nativas do mato para o gado. Lévi-Strauss (1966, 1963) demonstra que isto é um processo universal e quase toda a sociedade possui um termo equivalente a "mato".

O estado térmico do terreno é associado à capacidade de retenção de umidade, e varia desde as terras de interflúvio, que são consideradas as mais secas e as mais quentes, até os baixios, que são as mais úmidas e mais

TABELA 1
PLANTAS FRIAS E QUENTES

FRIA	QUENTE
Abóbora	Algodão arbóreo maduro
Algodão arbóreo novo	Algoroba
Algodão herbáceo	Palma forrageira
Arroz	Mandacaru
Batata-doce	Xique-xique
Cebola	O resto do mato
Feijão-de-corda	
Feijão mulatinho	
Mandioca	
Melancia	
Milho	
Tomate	
Bananeira	
Laranjeira	
Mangueira	
Outras fruteiras	
Craibeira	
Juazeiro	

FONTE - Pesquisa de campo.

frias. Xique-xique, por exemplo, é classificado como quente e se dá bem no "tabuleiro" seco e rochoso de Chorrochó e no "alto" de Parnamirim, que são considerados os tipos de terrenos mais quentes do Sertão. Por outro lado, as áreas de "chapada" de Parnamirim, apesar de serem terrenos de interflúvio, são mais frescas, e certos tipos de cultivo mais quentes do grupo de plantas frias, tais como feijão de corda e milho, podem crescer lá.

Geralmente, o efeito térmico é visto no sentido do terreno para a planta, de forma que as plantas específicas de cada tipo de terreno adquirem o efeito térmico crescendo num tal habitat. Se plantar um cultivo frio num terreno quente, a planta "fica queimada" e morre. Contudo, o efeito do calor não é somente do sentido da terra para a planta, mas pode ser também da planta para a terra e por via dessa para as outras plantas. O algodoeiro arbóreo, quando ainda pequeno, é considerado frio e, assim, o milho e o feijão podem ser plantados em consórcio com ele. Entretanto, quando o algodoeiro fica maior, ele se torna quente, esquentando a terra em sua volta de tal maneira que não dá mais para plantar milho e feijão próximo ao algodoeiro maduro.

Dessa forma, o fator limitante para o crescimento das plantas é o calor da terra, e não a frieza da terra. Quase toda a vegetação do mato é considerada quente e só algumas árvores silvestres são específicas do baixio, como, por exemplo, o juazeiro e a craibeira. A vegetação do mato pode crescer em terras frias, mas não deixa de ser considerada por isso do grupo de plantas quentes. Seu lugar normal é o alto onde elas crescem melhor. O caso contrário, de plantas frias crescerem em locais quentes, não representa um problema neste esquema, porque não há casos de acontecer isto. Por outro lado, o grau de calor do alto varia durante o ano de acordo com as estações. Quando chove, as terras "se resfriam" suficientemente para brotar capins sazonais que são vistos como plantas mais frias do grupo quente. Chegando o verão, a terra esquenta e os capins ressecam e morrem.

Johnson (1971) observou uma relação semelhante entre terrenos e cultivos no Ceará, assim como Pierson (1972), em toda a bacia do rio São Francisco. Quanto aos lugares estudados em Pernambuco e na Bahia, a diferença está em que os agricultores usam a classificação de quentes e frios para plantas e terras encontradas principalmente nas zonas da caatinga e muito raramente ao longo do rio São Francisco. Quando um produtor da região da beira-rio conhece este sistema de classificação, ele é certamente originário da região da caatinga. Contudo, ele não continua a usar o sistema. A terra irrigada no alto é fria de forma que qualquer cultivo cresce nela, e a relação terreno-planta perde sua relevância. O agricultor beirante nativo, por sua vez, nem conhece o sistema, que talvez se explique por nunca ter havido grandes preocupações com a falta de umidade em suas terras. No passado, ele usava a agricultura de inundação de vazante, e, agora, utiliza a irrigação.

Por outro lado, quando se trata de doença na lavoura, os contrastes de frio e quente servem de base nas explicações de causa, tanto por caatingueiros quanto por beirantes. Irrigação com água excessiva ou no tempo frio, instável e chuvoso torna a lavoura muito fria, abalando sua resistência ao ponto de ser

facilmente atacada por fungos. É interessante notar que quando adotam novas práticas agrícolas, como o uso de fertilizantes e pesticidas, essas são assimiladas ao sistema popular de explicação de doenças. Pensam que estes produtos químicos causam o aquecimento das plantas e, assim, não devem ser aplicados nas horas mais quentes do dia, porque as plantas podem "fermentar", isto é, podem sofrer de extremo aquecimento e por isso morrer. Do mesmo modo, as plantações devem ser regadas de manhã cedo e não ao meio-dia. Se regadas a esta hora, a água fria, batendo nas plantas quentes, produz um choque de temperaturas e as plantas adoecem. Esses conceitos de estado térmico, por sua vez, fazem parte de um sistema mais generalizado de doenças e enfermidades, que inclui também homens e animais, e são muito difundidos na América Latina (Currier, 1966; Foster e Anderson, 1978; McCulloug, 1973).

Diferenciação interna das roças

A roça é o espaço agrícola no qual se requer mais trabalho, existindo uma forma mais detalhada de se visualizar a sua variação interna, complementando a classificação quente/fria. Os solos são diferenciados usando-se alguns dos mesmos critérios que usam para os terrenos: textura, fertilidade e umidade. Nomes específicos não são atribuídos às áreas, sendo identificadas pelos cultivos mais adequados a cada uma, dependendo se os solos são "arenosos", "de barro" (argilosos) ou "uma mistura" (areno-argilosos). Na parte do baixio, perto do curso d'água, encontram-se barros muito úmidos em depressões naturais, onde se formam charcos. Estes são propícios ao cultivo de arroz. Um pouco mais acima, os terrenos do baixio se tornam uma mistura de solos arenosos e de barro onde se plantam milho e feijão. O cultivo permanente do algodão arbóreo é feito na parte mais alta do baixio. Essa parte do baixio raramente é atingida por enchentes que poderiam levar os algodoeiros. Estes, por sua vez, se adaptam bem aos solos mais arenosos e menos úmidos da parte mais alta do baixio.⁷

⁷ Um esquema similar do uso da terra existia na antiga agricultura de vazante ao longo do rio São Francisco antes da construção das barragens hidroelétricas. Durante a época de nível baixo do rio plantava-se arroz nos charcos perto do rio, feijão e milho logo acima e cana-de-açúcar na parte mais alta da vazante. A cana-de-açúcar era o único cultivo permanente porque resistia bem à inundação e à forte correnteza do rio durante a época de nível alto.

As condições do solo não são vistas como estáticas e o seu cultivo pode mudar a fertilidade dele. A terra arenosa é "fraca" e fica "cansada" mais depressa do que o barro, um solo "forte". Há lavouras, como milho, algodão e alguns legumes, que são tidas como muito exigentes ao poder produtivo da terra, e, assim, enfraquecem-na mais rapidamente que outras lavouras. De acordo com essa linha de raciocínio, depois de certo período de "descanso", a terra pode retomar a sua força primitiva. Da mesma forma, o uso de adubos e fertilizantes é visto como uma maneira de acelerar este processo, encurtando o período da recuperação de terras cansadas.

Alternativamente, as terras agrícolas podem ser consideradas como naturalmente "pobres" ou "ricas". Com o uso ficam mais "pobres", na maneira em que sua fertilidade diminui. Neste caso, como também no caso anterior de terras "fortes", "fracas" e "cansadas", se empregam termos que também são utilizados para caracterizar gente. Pessoas se tornam "ricas" ou "pobres" quase no mesmo modo e isso é visto em termos de "força" ou de "fraqueza" pessoal. Os termos "fortes" e "fracas" também são utilizados para designar a posição social de um produtor rural. Um pequeno sitiante, por exemplo, é caracterizado como um "agricultor fraco". Num contexto agrário, posição social é, de fato, intimamente associada à quantidade e à qualidade das terras possuídas. Geralmente, os fazendeiros ricos possuem proporcionalmente mais terra fértil nas suas propriedades do que os pequenos proprietários de origem pobre que, no passado, compraram terras localizadas em riachos secundários cujos baixios são menores.

Contudo, é difícil dizer se a riqueza ou pobreza do homem serve de padrão para distinguir solos ricos e solos pobres, ou vice-versa, de forma que possa resolver um velho debate na Antropologia. Na primeira interpretação, a de Durkheim e Mauss (1963, 1903), sustenta-se a posição de que os modelos da Natureza têm sua origem na organização social e são, portanto, sociocêntricos. Lévi-Strauss (1967, 1963, 1973), por sua vez, advoga a posição oposta, de que o homem (primitivo) conceptualiza a organização social baseando-se na estrutura inerente a ordem natural. Na verdade, não é possível resolver este debate, e talvez os funcionalistas ingleses, como Radcliffe-

Brown (1967, 1952, p. 49-51), tenham razão de condenar este tipo de debate como história conjectural.

A DOMESTICAÇÃO DO CAMPO SERTANEJO?

A transformação do campo do Sertão na forma de desmatamento e modificação dos terrenos vem se acelerando na medida em que aumenta a população e a articulação à economia nacional. A queda do tamanho das propriedades leva ao aumento proporcional da área em roças e pastos plantados ante à área em mato. A necessidade de vender um maior volume de produção agrícola no mercado, por sua vez, leva ao aumento da área absoluta em roças e pasto, avançando contra o mato até em terras marginais para essas atividades. Contudo, esse processo teve um impacto maior, ou menor, dependendo da zona ecológica e do sistema agrícola em questão.

As zonas tipicamente sertanejas, de precipitação de menos de 600 mm anuais e de solos pobres, correspondem a cerca da metade da área da zona semi-árida. Nestas zonas tradicionalmente pratica-se pecuária extensiva como atividade agrícola predominante. Até 1945, tinha-se apenas uma minoria do baixo cercado para roça. Hoje, todo o baixo está cercado e utilizado para roças e pastos plantados. Apesar disso, nessas zonas, o baixo restringe-se de 5% a 10% da área de uma propriedade, de forma que somente o baixo encontra-se completamente domesticado. O desmatamento, e conseqüente redução da flora e fauna, nos interflúvios era bastante limitado, apenas existindo pequenas áreas desmatadas para facilitar o crescimento de capim nativo ou para o plantio de palma forrageira. Nos anos de 1980, porém, difundiu-se o plantio do capim búfalo (*Pennisetum ciliare*), uma nova pastagem artificial com um crescimento bem adaptado às condições pedológicas e climáticas das zonas mais secas do Sertão. O plantio deste pasto implica o desmatamento e conseqüente perigo de erosão e desertificação. Assim sendo, a expansão do capim búfalo representa a primeira forma de o homem domesticar maiores espaços do Sertão; contudo, há ameaça de desencadear sérios problemas de degradação ambiental.

As zonas com precipitação de 600 mm a 800 mm anuais e com interflúvios com solos aptos a serem cultivados perfazem 13% da área do Sertão. Já nestas zonas há séculos abrem-se roças tanto no baixio como fora dele, e, assim, é possível plantar uma área maior na caatinga. Tradicionalmente, a lavoura foi associada à pecuária de forma que havia uma rotação de roças nos interflúvios, visando à formação de pasto nativo em capoeiras e não à formação de campos permanentes. Além disso, os solos dos interflúvios não possuem alta fertilidade e, por isso, para a lavoura necessitam de maior tempo de pousio do que no baixio. Dessa forma, enquanto nestas zonas se cortava mais mato para abrir roças, era preciso deixar a caatinga em mato secundário por bastante tempo. Contudo, hoje, há uma tendência para a lavoura recuar diante da pecuária semi-intensiva. Com problemas de mercado e de praga do bicudo no algodão, há uma tendência, desde os meados dos anos de 1970, de plantar pastos artificiais apropriados ao interflúvio em vez de permitir que volte a crescer o mato secundário. Assim sendo, essa tendência, a prazo longo, pode representar uma séria modificação do meio ambiente nessas zonas.

Em áreas montanhosas, possuidoras de solos de boa qualidade e de chuva regular acima de 800 mm, que ocupam 37% da área do Sertão já há bastante tempo, o campo é bastante modificado e domesticado nos padrões da Zona do Agreste ou até mesmo nos padrões da Zona da Mata. Aí predomina a lavoura de sequeiro e, em algumas áreas, a pecuária semi-intensiva. Onde há a lavoura encontram-se os mesmos problemas de fragmentação da terra, fertilidade em declínio e êxodo rural comum à pequena produção campestre deprimida de outras áreas do Nordeste. Onde a pecuária semicapitalizada é mais expressiva existem enormes problemas de ordem econômica e social, como o desemprego em massa e o êxodo rural, e problemas ambientais decorrentes do extenso desmatamento e do plantio de pastos permanentes em campos especializados.⁸

Entretanto, é a irrigação que representa a maior transformação do meio ambiente, e quanto mais intensiva em capital tanto mais radical é a transformação. Isso acontece por-

que a irrigação não se limita apenas ao desmatamento; ela também pode provocar a reestruturação total de terrenos e de solos. Como já vimos, as roças irrigadas são muito maiores do que as roças da lavoura de sequeiro, tanto assim que afastam para longe o domínio natural. Também é comum o irrigante concentrar suas atividades na lavoura e abandonar totalmente a pecuária de caatinga, de maneira que tem pouco contato com áreas silvestres, abrindo a possibilidade de uma mudança de atitude ante à esfera natural. Essa tendência, porém, é menor na irrigação de pequena escala dos rios temporários, onde a falta de solos e água adequada à irrigação limita o potencial de especialização nesta atividade. Aí, a irrigação complementa atividades de sequeiro, exploram-se vários microambientes e, portanto, ainda há o contato com áreas menos modificadas pelo homem.

A irrigação intensiva em capital nos grandes projetos privados e estatais, por outro lado, provoca modificação drástica do meio ambiente. Áreas enormes de quilômetros e quilômetros de extensão são desmatadas e sistematizadas, visando a nivelar os terrenos ondulados do Sertão. Há maior especialização de cultivos, até mesmo monocultura em alguns casos. Utilizam-se defensivos e mecanização em grande escala e quase não há pousio da terra. Todas essas práticas decorrem de uma política de transferência de pacotes tecnológicos desenvolvidos para ambientes físicos e socioeconômicos, como os da Califórnia ou de Israel, que são totalmente diferentes daqueles do Sertão. Adapta-se o meio ambiente à tecnologia em vez de se adaptar a tecnologia às condições do Sertão (como acontece na irrigação de pequena escala desenvolvida por agricultores locais). Dessa forma, os projetos de irrigação intensivos em capital repetem a agressão ao meio ambiente como outros grandes projetos do mesmo tipo, como o do Jari na Amazônia, e acabam esterilizando grandes extensões de solos frágeis com o uso de tecnologia inapropriada. No caso do Sertão, além do problema de afetar a fertilidade, também há o perigo maior de salinização. Aplicam-se insumos portadores de sódio em solos salinos regados com águas salinas.⁹

⁸ Bicalho (1980), Bicalho e Hoefle (1989) e Melo (1980) fornecem análises detalhadas da crise agrária nesse tipo de zona nordestina.

⁹ Dirija-se a Bicalho (1985) e Bicalho e Hoefle (1990) para maiores informações sobre o impacto de diferentes tipos de irrigação no ambiente físico e humano do Sertão.

PERCEPÇÃO DO AMBIENTE E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Os projetos de desenvolvimento agrícola promovidos no Sertão são exclusivamente voltados à irrigação em grande escala. Envolvem um modelo de *modernização* no qual as informações fluem exclusivamente no sentido “de cima para baixo” e “do centro para a periferia”, havendo a “queima de etapas” através da “transferência de tecnologia”. Passam despercebidos ou se ignoram os esforços dos agricultores locais em adaptar e desenvolver tecnologias apropriadas para a agricultura irrigada e de sequeiro. O agricultor local é visto apenas como mão-de-obra a ser orientada por técnicos. E quando as metas de produção não são alcançadas, o agricultor é o culpado, nunca se questionando o modelo administrativo ou a tecnologia utilizada nos projetos. Assim sendo, não se valoriza a experiência dos agricultores, com base no conhecimento íntimo dos microambientes locais, que são vistos como camponeses conservadores, supersticiosos ou mesmo ignorantes (Bicalho e Hoefle, 1990).

Nos últimos vinte anos esse modelo de modernização agrícola tem sido duramente criticado, surgindo em resposta uma estratégia alternativa de desenvolvimento que, em vez de marginalizar o conhecimento local, mobiliza-o: o *desenvolvimento sustentável*. Neste modelo, o agricultor é o ponto de partida e parceiro da geração de tecnologias apropriadas, e não é um mero “cliente” que recebe passivamente pacotes tecnológicos. O extensionista, neste caso, repassa inovações em dois sentidos, tanto aquelas que chegam de fora, como também as inovações locais observadas em campo que

podem servir a pesquisadores e agricultores em outras regiões.¹⁰

Para o desenvolvimento sustentável, o levantamento da percepção do ambiente da poluição local é um passo inicial de suma importância no processo de transformação rural. Kupta (1989), por exemplo, mostra como o extensionista aprende junto com o produtor, particularmente através dos mapas cognitivos do ambiente local dos agricultores, captando detalhes cruciais sobre a relação tecnologia-ambiente local que geralmente passam despercebidos no olhar superficial do técnico de fora.

Outro passo importante na adequação tecnológica é entender os modelos nativos sobre a causa e efeito nos processos naturais. Vimos no caso da irrigação capitalizada de pequena escala no Sertão que o uso de novos insumos foram inseridos, sem maiores problemas, no sistema local de contrastes de temperatura. Em outras palavras, este sistema não agiu como mera credence barrando inovações, ao contrário, facilitou a aceitação de inovações. A inserção de práticas novas na maneira de pensar costumária passa a ser um meio de incorporar as inovações técnicas no corpo de práticas empíricas conhecidas. Assim sendo, como coloca Röling, Ascroft e Chege (1981), cabe ao extensionista adaptar seu modo de pensar e de expressar à lógica da população local, evitando impor sua maneira de pensar científica.

Assim sendo, compreender a relação entre a visão do mundo e da Natureza do Sertanejo e suas experiências com adequação tecnológica é o primeiro passo para a formulação de políticas de desenvolvimento sustentável para a zona semi-árida brasileira. Com isso, a abordagem simbólica e fenomenológica em estudos ambientais vem ao encontro da ecologia política na prática.

BIBLIOGRAFIA

- ARNON, I. *Modernization of agriculture in developing countries: resources potentials, and problems*. Chichester: Wiley, 1981.
- ATRAN, S. Covert fragments and the origins of the botanical family. *Man*, v. 18, n. 1, p. 51-71, 1983.
- _____. Itza maya tropical agro-forestry. *Current Anthropology*, Chicago, v. 34, n. 5, p. 633-700, 1993.

¹⁰ As entidades internacionais que promovem tecnologia apropriada, como o Intermediate Technology Development Group, sediado em Londres, têm atuado nessa forma. O manual sobre tipos de irrigação de baixo custo elaborado pela I.T.D.G. por Stern (1979) é um exemplo relevante deste tipo de modelo de divulgação de possíveis inovações tecnológicas.

- BERLIN, B. General principles of classification and nomenclature in folk biology. *American Anthropologist*, Washington, n. 75, p. 214-242, 1973.
- _____. *Ethnobiological classification*. Princeton: Princeton University, 1992.
- _____ et al. Folk taxonomies and biological classification. *Science*, n. 154, p. 273-275, 1966.
- BICALHO, A.M.S.M. *A pecuária e as transformações do agreste: o exemplo de Guarabira*. Niterói, 1980. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.
- _____. *Irrigation and rural change in the semi-arid sertão of northeast Brazil*. London, 1985. Tese (Doutorado) - Universidade de Londres, 1985.
- _____, HOEFLE, S. W. Urban capital and the pseudo-modernization of agriculture in the rural hinterland of northeast Brazil. In: KENT, R. B., HARNAPP, V. R. (Eds.). *Yearbook of CLAG*. Baton Rouge: Louisiana State University, 1989. p. 35-49.
- _____. Divergent trends in Brazilian rural transformation. *Bulletin of Latin American Research*, Oxford, v. 9, n. 1, p. 49-77, 1990.
- BIDELEUX, R. *Communist development*. London: Methuen, 1986.
- BOURDIEU, P. The berber house. In: DOUGLAS, M. (Ed.). *Rules and meanings*. Harmondsworth: Penguin, 1973. p. 98-110.
- _____. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University, 1977.
- BROWN, C. H. Mode of subsistence and folk biological taxonomy. *Current Anthropology*, Chicago, v. 26, n. 1, p. 43-62, 1985.
- _____. The growth of ethnobiological nomenclature. *Current Anthropology*, Chicago, v. 27, n. 1, p. 1-19, 1986.
- BULMER, R. Why is the cassowary not a bird? A problem of zoological taxonomy among the Karam of the New Guinea Highlands. *Man*, v. 2, n. 1, p. 5-25, 1967.
- _____. The uncleanness of the birds of Leviticus and Deuteronomy. *Man*, v. 24, n. 2, p. 304-321, 1989.
- CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. London: Longman, 1983.
- _____. Sustainable livelihoods, environment and development. *IDS Discussion Paper*, Sussex, n. 240, 1987.
- _____, CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods. *IDS Discussion Paper*, Sussex, n. 311, 1992.
- _____, GHILDYAL, B. P. Agricultural research for resource/poor-farmers. *IDS Discussion Paper*, Sussex, n. 203, 1985.
- _____, PACEY, A., THRUPP, L. A. (Eds.). *Farmer first*. London: Intermediate Technology Publications, 1989.
- CONKLIN, H. C. Lexicographical treatment of folk taxonomies. In: TYLER, S. A. (Ed.). *Cognitive anthropology*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1969. p. 41-59.
- COSGROVE, D. E. *Social formation and symbolic landscape*. London: C. Helm, 1984.
- _____. (Ed.). *Iconography of landscape*. Cambridge: Cambridge University, 1987.
- CRONON, W. *Changes in the land*. New York: Hill & Wang, 1983.
- _____. *Nature's metropolis*. New York: Norton, 1991.
- CROSBY, A. W. *Ecological imperialism*. Cambridge: Cambridge University, 1986.
- CURRIER, R. L. The hot-cold syndrome and symbolic balance in Mexican and Spanish-American folk medicine. *Ethnology*, Pittsburgh, n. 5, p. 251-263, 1966.
- DOUGLAS, M. *Purity and danger*. London: Routledge & K. Paul, 1966.
- _____. *Implicit meanings*. London: Routledge & K. Paul, 1975.
- DUQUE, J. G. *O nordeste e as lavouras xerófilas: 2. ed.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1973. 238 p.
- DUNN, P. D. *Appropriate technology: technology with a human face*. London: Methuen, 1978.

- DURKHEIM, E., MAUSS, M. *Primitive classification*. London: Cohen & West, 1963.
- EVANS, G. Environment cognition. *Psychological Bulletin*, n. 88, p. 259-287, 1980.
- EVANS, D.D., ADLER, L. N. (Eds.). *Appropriate technology for development*. Boulder: Westview, 1979.
- EVANS-PRITCHARD, E. E., *The nuer*. Oxford: Clarendon, 1940.
- FOSTER, G. M. *Traditional societies and technological change*. New York: Harper & Row, 1973.
- _____, ANDERSON, B. G. *Medical anthropology*. New York: Wiley, 1978.
- FOSTER-CARTER, A. Neo-marxist approach to development and underdevelopment. In: KADT, E., WILLIAMS, G. (Eds.). *Sociology and development*. London: Tavistock, 1974. p. 67-105.
- FRAKE, C.O. The ethnographic study of cognitive systems. In: TYLER, S. A. (Ed.). *Cognitive anthropology*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1969.
- GALE, N., GOLLEDGE, R. G. On the subjective partitioning of space. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 72, n. 1. p. 60-67, 1982.
- GARCIA JUNIOR, A. R. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, 1975. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.
- GOODMAN, D., REDCLIFT, M. *Refashioning nature: food, ecology and culture*. London: Routledge, 1991.
- GREGORY, D. *Ideology, science and human geography*. London: Hutchinson, 1978.
- GROSS, D. Protein capture and cultural development in the amazon basin. *American Anthropologist*, Washington, D. C., v. 77, n. 4, p. 526-549, 1975.
- GUPTA, A. K. Maps drawn by farmers and extensionists. In: CHAMBERS, R. et al. (Eds.). *Farmer first*. London: Intermediate Technology Publication, 1989. p. 86-92.
- _____, FERGUSON, J. Beyond. Culture: space identity and the politics of difference. *Cultural Anthropology*, v. 7, n. 1, p. 6-23, 1992.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origin of cultural change*. Oxford: Blackwell, 1989.
- HAYS, T. E. Ndumba folk biology and general principles of ethnobiological classification and nomenclature. *American Anthropologist*, Washington, D. C., v. 85, n. 3, p. 592-611, 1983.
- HOEFLE, S. W. O sertanejo e os bichos. *Revista de Antropologia*, Cuenca, n. 33, p. 47-74, 1990.
- HUNN, E. The utilitarian factor in folk biological classification. *American Anthropologist*, Washington, D. C., v. 84, n. 4, p. 830-847, 1982.
- JOHNSON, A. W. *Sharecroppers of the sertão*. Stanford, C. A: Stanford University, 1971.
- _____. Ethnoecology and planting practices in a Sweden agriculture system. *American Ethnologist*, Washington, D. C., n. 1, p. 87-101, 1974.
- KELLNER, D. *Jean Baudrillard: from marxism to postmodernism and beyond*. London: Polity, 1989.
- LASH, S. *Sociology of postmodernism*. London: Rutledge, 1990.
- LEACH, E. R. Anthropological aspects of language: animals categories and verbal abuse. In: LANNBERG, E. H. (Ed.). *New directions in the study of language*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1964. p. 23-64.
- LÉVI-STRAUSS, C. *The savage mind*. Chicago: University of Chicago, 1966.
- _____. *Totemism*. Harmondsworth: Pelican, 1969.
- _____. Structuralism and ecology. *Social Science Information*, London, v. 12, n. 1, p. 9-23, 1973.
- LLOYD, R., HEIVLY, C. Systematic distortions in urban cognitive maps. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 77, n. 2, p. 191-207, 1987.
- MARTINEZ-ALIER, J. *Ecological economics*. Oxford: Blackwell, 1991.

- MATHEWS, M. H. Gender, home range and environment cognition. *Institute of British Geographers*, London, v. 12, n. 1, p. 43-56, 1987.
- MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- McCULLOUGH, J. M. Human ecology, heat adaptations and belief systems. *Journal of Anthropological Research*, Albuquerque, v. 29, n. 1, p. 32-36, 1973.
- MELO, M. L. *Os agrestes*. Recife: SUDENE, 1980.
- NEEDHAM, R. *Structure and sentiment*. Chicago: University of Chicago, 1962.
- _____. *Symbolic classification*. Santa Monica: Goodyear, 1979.
- NORBERG-SCHULZ, C. *The concept of dwelling: on the way to figurative architecture*. New York: Rizzoli, 1985.
- PIERSON, D. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.
- PRED, A. Social reproduction and the time-geography of everyday life. *Geografiska Annaler*, Stockholm, v. 63, n. 1, p. 5-22, 1981.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Structure and function in primitive society*. New York: Free, 1967.
- RAYNER, S. The perception of time space in egalitarian sects. In: DOUGLAS, M. (Ed.) *Essays in the sociology of perception*. London: Routledge & K. Paul, 1982. p. 147-274.
- REDCLIFT, M. *Development and the environmental crisis: red or green alternatives?* London: Methuen, 1984.
- RICHARDS, P. *Indigenous agricultural revolution*. London: Hutchinson, 1985.
- ROBBEN, A. C. G. Habits of the home: spatial hegemony and the structuration of the house and society in Brazil. *American Anthropologist*, Washington, D. C., v. 91, n. 3, p. 570-588, 1989.
- RÖLING, N. G., ASCROFT, J., CHEGE, F. W. The diffusion of innovations and the issue of equity in rural development. In: CROUCH, B. R., CHAMALA, S. (Eds.). *Extension, education and rural development*. Chichester: Wiley, 1981. p. 225-236.
- SAHLINS, M. *Culture and practical reason*. Chicago: University of Chicago, 1976.
- SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful*. London: Blond & Brigg, 1973.
- SEAMON, D. Phenomenology and environment. In: ZUBE, E. H., MOORE, G. T. (Eds.). *Advances in environment, behavior and design*. New York: Plenum, 1987. v. 1. p. 3-27.
- SIMMONS, I. G. *Interpreting nature*. London: Routledge, 1993.
- SOJA, E. W. *Postmodern geographies*. London: Verso, 1989.
- STERN, P. H. *Small scale irrigation: a manual of low-cost water technology*. London: Intermediate Technology Publications, 1979.
- STÖHR, W. B. Development from below. In: _____, TAYLOR, D. R. F. (Eds.). *Development from above or below?* Chichester: Wiley, 1981. p. 38-72.
- STOKES, D., ALTMAN, I. (Eds.). *Handbook of environmental psychology*. New York: Wiley, 1985.
- TAMBIAH, S. J. Animals are good to think and good to prohibit. *Ethnology*, Pittsburg, n. 8, p. 423-459, 1969.
- TURNER, F. *Beyond geography*. New Brunswick: Rutgers University, 1983.
- TYLER, S. A. (Ed.). *Cognitive anthropology*. New York: Holt Rinehart & Winston, 1969.
- _____. *The said and the unsaid*. New York: Academic Press, 1978.
- WITKOWSKI, S. et al. Where do tree terms come from? *Man*, v. 16, n. 1, p. 1-14, 1981.
- WOORTMANN, K. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 119-150, 1980.
- ZIMMERER, K. S. Human geography and the 'new ecology'. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 84, n. 1, p. 108-125, 1994.

RESUMO

A percepção do ambiente sertanejo é tratada partindo-se de diferentes abordagens ecológicas. Na primeira parte, de ênfase simbólica, fenomenológica e pós-moderna, analisa-se a percepção de diferentes tipos de espaço, desde o mais social e mais modulado pelo homem - a cidade - até o mais natural e menos modificado - o *mato bruto*. Na segunda parte, com base na ecologia cultural e na ecologia política, a percepção do campo é enfocada em maior detalhe, destacando-se a importância da percepção do ambiente para estratégias de desenvolvimento sustentável. Concluiu-se que, apesar de uma certa capitalização das atividades agrícolas no Sertão, da mercantilização da economia local e da penetração generalizada de uma visão de mundo desenvolvimentista, o espaço sertanejo não foi ainda domesticado, nem houve uma mudança significativa na percepção do ambiente pela população sertaneja.

ABSTRACT

Different theoretical approaches in ecological studies are combined in order to present a holistic picture of environmental perception in the northeastern Sertão. First, the perception of the sequence from human to natural space is treated from symbolic, phenomenological and post-modern perspectives. Then, in the later half of the paper, cultural ecology and political ecology approaches are employed to show the importance of local environment perception for sustainable development. The basic conclusion of the work is that, despite modest rural capitalization, the general shift to a commodity economy and penetration of a development worldview, large-scale domestication of the Sertanejo environment has not yet occurred nor has environment perception changed significantly.